



## **AS RELAÇÕES PERIGOSAS: O PT E O GOVERNO MUNICIPAL DE PELOTAS (2001-2004)**

**BORGES JÚNIOR, Lauro Luis<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela UFPel *Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*, [lauroborges22@yahoo.com.br](mailto:lauroborges22@yahoo.com.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

A importância alcançada pelo PT na literatura especializada afirmou-se a partir do início dos anos 80, quando a experiência da construção de um partido de trabalhadores dava seus primeiros passos. O debate, realizado por intelectuais de diversas áreas, discutia o momento político que permitiu esta iniciativa, no qual se destaca o período de ocaso da ditadura militar, ocasião em que renasceu um forte movimento oposicionista, que tinha como alicerces o novo movimento sindical surgido das grandes indústrias metalúrgicas do ABCD paulista, os movimentos comunitários que exigiam melhores condições de moradia e lançavam campanhas contra a carestia, e, ainda, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEB), fortemente engajadas em todos estes movimentos.

Da síntese destes movimentos, aliada ao processo de reabertura política do país e aos limites de uma atuação apenas sindical e social, tem-se a formação do PT, que contou, além dos atores indicados acima, também com a presença de grande número de intelectuais e de organizações de esquerda, então em processo de reaglutinação.

Já em um momento posterior, os estudos sobre o PT se voltaram para as primeiras experiências realizadas pelo partido em administrações municipais e têm como eixo a discussão sobre o choque entre as propostas de participação popular e de democratização dos espaços públicos e, por outro, as dificuldades em gerir máquinas normalmente falidas e a oposição sistemática de partidos tradicionais que controlam boa parte destas máquinas. Neste quadro, tem-se, ainda, um processo de forte disputa interna, onde se destacam as constantes crises envolvendo membros das administrações e dos diretórios da legenda, assim como entre as diversas correntes, tendo como pano de fundo os embates sobre como o PT deveria se portar dentro de uma instituição regida pelas regras da “democracia formal”.

Desta forma, percebe-se como parte integrante destas discussões, a experiência realizada pelo PT no município de Pelotas, durante os anos de 2001 a 2004, sob o comando de Fernando Marroni. Assim, o presente trabalho propõe-se a analisar as relações estabelecidas entre o governo e o PT em Pelotas, com ênfase aos principais momentos de tensão registrados, remetendo esta discussão para o momento político do país naquele período, onde o PT já havia tornado-se um importante agente institucional da política brasileira. Tal análise é feita a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, do acompanhamento das resoluções partidárias

desde o período do Movimento Pró-PT (1979) até o 3º Congresso Nacional (2007), das resoluções do Diretório Municipal do partido em Pelotas e de entrevistas com membros do governo e das instâncias de direção do PT naquele período.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Para o trabalho, utilizou-se as principais obras relativas ao tema, todas as resoluções do partido em seus encontros e congressos até 2007, as resoluções do Diretório Municipal do PT em Pelotas referentes ao tema da administração e, principalmente, entrevistas com membros do governo e da direção do partido no período 2001-2004.

A relação de pessoas a serem entrevistadas foi montada a partir do levantamento das situações cujas circunstâncias e diferentes interpretações foram consideradas importantes para a pesquisa. No total, foram ouvidas 22 pessoas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2008, com exceção de duas, consideradas fundamentais para os objetivos do trabalho (com Salvador Martins, articulador político do governo, e Miriam Marroni, vereadora e esposa do prefeito), que foram fornecidas em janeiro e em maio de 2009.

O procedimento para a realização das entrevistas foi o seguinte: os depoimentos foram gravados, com exceção do de Lair de Mattos, que, conforme solicitado, respondeu às perguntas por escrito. Depois, elas foram integralmente transcritas, na íntegra. É importante evidenciar que a utilização para fins deste trabalho foi autorizada por escrito pelos entrevistados.

Concluída esta etapa, foi feita uma seleção dos principais trechos de cada uma delas, de acordo com os temas já previamente destacados e, a partir disto, fez-se o cruzamento entre as diferentes versões e interpretações. Posteriormente, tais informações foram relacionadas com aquelas fornecidas pela análise documental e a revisão bibliográfica. Tais procedimentos forneceram o conjunto de elementos necessários para proceder às análises pretendidas e, assim, cumprir os objetivos propostos para a presente pesquisa.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em que pese a origem, a base social, as forças que o compunham – que reuniam a grande maioria da esquerda brasileira – e o fato de ter sido construído com uma série de elementos que incentivavam o controle da base sobre as direções, o PT não resistiu à inserção institucional e, principalmente, a partir dos anos 90, pautou sua atuação por uma lógica que condenava firmemente nos seus primeiros anos e com a qual construiu boa parte de seu capital político.

Desta maneira, a eleição de parlamentares, de governos municipais e estaduais, o grande número de assessores e de dirigentes liberados, e a proliferação de “coletivos” comandados por detentores de cargos públicos modificaram o ambiente interno do partido, que, cada vez mais, se distanciou do controle de suas bases e viu o poder ser de fato exercido por essa burocracia partidária.

A partir deste controle estabelecido pelo campo majoritário, o objetivo central do partido deslocou-se definitivamente para a obtenção de vitórias eleitorais e foi o jogo de interesses nesta arena que orientou as suas principais definições. O PT, conforme afirmou PALERMO (2003), preparou o caminho para chegar à Presidência da República, ao modificar radicalmente seu programa para obter apoio em setores sociais até então refratários, não se furtando a mergulhar no universo das milionárias campanhas eleitorais e financiá-las a partir das contribuições do grande empresariado, como todos os partidos que disputavam com alguma chance de vitória.

Em relação ao PT em Pelotas, por conta de sua origem ligada às correntes de esquerda e em razão de uma dinâmica estabelecida por estes grupos, o partido manteve, por algum tempo, uma resistência maior às pressões da institucionalidade. Porém, as transformações a nível nacional, que garantiram o alargamento da política de filiações e as modificações nas regras dos encontros partidários, levaram os setores ligados ao campo majoritário à vitória, o que consolidou Marroni como o principal nome deste setor e possibilitou sua indicação à Prefeitura, inicialmente em 1996, quando ficou em segundo lugar, e, depois, em 2000, quando o partido conquistou o governo municipal.

Quanto às relações entre governo e partido, viu-se, notadamente por intermédio das entrevistas realizadas, que, durante os processos de campanha, montagem da equipe de governo e exercício do mandato, o Prefeito e seu grupo de confiança seguiram uma mesma linha com bastante coerência e objetividade: afastar qualquer possibilidade de disputa de linha política e de influência nas decisões, impedindo ou dificultando a participação de petistas históricos da esquerda partidária e montando uma equipe de governo majoritariamente composta por pessoas não ligadas às disputas internas.

A condução desta linha política manifestou-se internamente no governo, com a centralização das definições da administração, no PT e nos demais partidos componentes da Frente Popular, ao não dividir com estes a formulação das orientações políticas gerais do mandato, na relação com os movimentos sociais aliados e na relação com a população, não apostando na sua organização.

Sobre as relações com a sociedade, vê-se que tal linha manifesta-se principalmente: na preocupação em manter o Orçamento Participativo sob seu restrito controle; no episódio do projeto de licitação do transporte coletivo, quando não estabeleceu a disputa na sociedade em relação à questão das catracas eletrônicas, mesmo diante da ofensiva do Sindicato dos Rodoviários contra o projeto; e, ainda, ao não buscar a mobilização da sociedade para a defesa de projetos com apelo popular junto à Câmara Municipal e apostar unicamente na negociação individual com os vereadores.

Quanto às ações do governo em relação ao PT, podem-se apontar duas questões centrais: a primeira é o reflexo sobre ele na corrida pela ocupação de postos na Prefeitura, que resultou na saída de vários quadros importantes da estrutura partidária e também no acúmulo de funções de alguns destes, que eram cargos de confiança na administração e, ao mesmo tempo, exerciam funções diretivas no partido. Este fato trouxe como consequências mais visíveis a debilidade do PT para manter sua organização e o atrelamento deste ao governo, garantido pela sobreposição de funções indicada acima.

A segunda questão diz respeito à forma como o governo agiu para controlar o partido e sufocar as reações das correntes mais críticas. Assim, “jogou duro” com estes grupos, apostou na divisão das esquerdas e manteve o apoio do PT Amplo e

Democrático que, no momento do Seminário de Avaliação do Diretório, mostrou-se também muito crítico. As medidas adotadas pelo governo parecem ter tido um “efeito pedagógico” sobre os críticos, uma vez que a partir deste Seminário e da reforma do secretariado levada a efeito logo depois, as reações à centralização política implementada por Marroni de fato diminuíram e a DS – tendência confrontada naquele momento – ficou isolada até iniciar um processo interno de fragmentação e ter um de seus setores incorporado à lógica do governo.

#### 4. CONCLUSÕES

A forma como o PT reorientou sua ação, ao construir, internamente, as condições para fugir ao controle das bases e, externamente, firmar compromissos que lhe permitissem ser aceito por setores das elites antes refratários ao seu projeto radical, abriu caminho para os governantes eleitos pelo partido terem ampla liberdade para agirem de forma a garantir as condições necessárias para governar com o mínimo de enfrentamento possível.

Com isto, o PT procurou intervir cada vez menos nas disputas internas ocasionadas por sua participação em governos e estas disputas passaram a ser resolvidas localmente, seja com a incorporação dos setores “rebelados”, seja com a deles exclusão da dinâmica institucional, o que cada vez mais significava perda de espaço no partido. Assim, os problemas ocorridos em Pelotas, em que pese suas especificidades, tanto em relação aos temas quanto em relação aos atores envolvidos, fazem parte de um problema geral vivido pelo partido, a partir das opções políticas construídas por ele e foi “resolvido” – com a dúvida de que este seja o termo correto – também da forma que se tornou mais usual, com a força administrativa a substituir o debate político.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jorge; VIEIRA, Maria Alice; CANCELLI, Vitória (Org.). **Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política do PT / Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível**. Base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. **O Desafio de ser governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GURGEL, Cláudio. **Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- IASI, Mário Luis. **As Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KECK, Margareth E. **PT: A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.
- PALERMO, Vicente. El PT desde la oposición al gobierno y las gestiones de Fernando Henrique Cardoso In: Idem (Org.). **Política Brasileña Contemporánea: de Collor a Lula en años de transformación**. Argentina: Siglo XXI, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**: escritos de Sociologia e Política. São Paulo: Ática, 1990.

SILVA, Antonio Ozaí da. **História das tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. São Paulo: Dag, s.d.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções do Encontro Municipal. 2001.

**Cadernos de Formação**. Pelotas. Diretório Municipal de Pelotas. Secretaria de Formação Política. (1), 2002.